

Isenção de IPVA de motos beneficia pilotos em SP

Frota cresceu 33% em São Paulo em 10 anos

Agência de Notícias do Governo do Estado de São Paulo

A isenção de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para motos de até 180 cilindradas implementada pelo Governo de São Paulo beneficia a frota de veículos que mais cresceu nos últimos 10 anos no estado. De acordo com dados do Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (Detran-SP), os modelos mais populares de até 180 cilindradas de motos registrados passaram de 3,3 milhões em 2015 para 4,4 milhões em 2025, alta de 33%.

Na última década, houve também aumento da frota considerando todos os tipos de veículos, além de motos e carros. A alta foi de 20% (22,3 milhões em 2005 para 27 milhões em 2025). Já o número de carros cresceu 9% no mesmo período (14 milhões em 2015 para 15,3 milhões em 2025).

“A isenção do IPVA nas motos está beneficiando principalmente os entregadores que trabalham diariamente para fazer que encomendas, refeições e documentos cheguem a todos nós. É um benefício direto e um dinheiro a mais para quem faz a economia de São Paulo girar sobre duas rodas. E também para as famílias que usam a moto como principal meio de transporte, especialmente nas pequenas e médias cidades. Isso faz a diferença para que a gente continue avançando na direção certa”, afirma o governador Tarcísio de Freitas.



Isenção de IPVA para motos foi proposta pelo Governo de São Paulo

Entre as motos, 4,4 milhões (77% do total) têm até 180 cilindradas. Para estar apta à isenção, a moto ainda precisa estar em situação regular de registro e licenciamento e ser de propriedade de pessoas físicas.

A isenção de IPVA foi proposta pelo Governo de São Paulo em projeto de lei, aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) e sancionado em 24 de dezembro.

A mudança considerou o papel social e econômico das motocicletas no estado e foi planejada com base nas projeções fiscais, na atualização da Tabela Fipe para 2026, além de atender à Lei de

Responsabilidade Fiscal.

O presidente do Sindimotos de São Paulo, Gilberto Almeida dos Santos, o Gil, afirma que a isenção tem impacto social para a categoria. O sindicato representa cerca de 1 milhão de motoboys, mototaxistas e motofretistas em todo o estado.

“O Governo de São Paulo acertou em privilegiar uma massa de trabalhadores que sai todos os dias para ganhar de R\$ 3 a R\$ 10 por entrega. A isenção do IPVA veio em boa hora, era uma reivindicação antiga da categoria e esse valor ajuda o motoboy e o motofretista a trocar um pneu, a fazer a manutenção da moto. A categoria agradece”, disse.

O motoboy Dorival Roberto gostou de saber que economizaria nesse ano com a isenção do IPVA para motos de até 180 cilindradas, como a sua. “Com esse dinheiro, vou pagar outra parcela da moto. O valor que sobra ajuda muito um pai de família a comprar alimento para os filhos ou pagar um aluguel”, disse.

O benefício, válido para pessoas físicas, é automático para todos os veículos que se encontram na categoria. A moto precisa estar registrada no Estado de São Paulo, com documentação em situação regular de registro e de licenciamento, e ter no máximo 180 cilindradas.

Justiça do Rio condena assassinos de Marielle

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro condenou os assassinos da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, Ronnie Lessa e Élcio Vieira de Queiroz, ao pagamento de indenização por danos morais e pensão mensal à vereadora Mônica Benício, viúva de Marielle.

Marielle e Anderson foram assassinados em março de 2018, na região central do Rio de Janeiro, em uma emboscada pela qual Ronnie e Élcio foram condenados em outubro de 2024.

O juízo julgou procedente o pedido de reparação e fixou R\$ 200 mil por danos morais reflexos, a serem pagos solidariamente pelos réus.

A decisão também determinou pensão de dois terços dos rendimentos de Marielle, com 13º salário e férias acrescidas de um terço, desde a data do crime até o limite da expectativa de vida da vítima (76 anos) ou até o falecimento da beneficiária. Marielle tinha 38 anos quando foi assassinada.

O juízo ainda assegurou reembolso e custeio de despesas médicas, psicológicas e psiquiátricas, a serem apuradas em liquidação.

Em nota, Mônica Benício afirmou:

“Essa é uma vitória simbólica, que reconhece a interrupção da história que construíamos juntas e o futuro que nos foi negado”, disse.

Segundo ela, “a responsabilização dos mandantes é condição fundamental para que a democracia brasileira dê uma resposta à altura do que foi o assassinato de Marielle e Anderson”.

As investigações indicaram que os irmãos Domingos e Chiquinho Brazão encomendaram o assassinato da vereadora a matadores de aluguel, e que o ex-chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro, Rivaldo Barbosa, planejou o ato, além de ter atrapalhado a investigação, chefiada pelo próprio, antes de o caso ter sido elevado à esfera federal.

Os três são réus em ação que tramita no Supremo Tribunal Federal, com sessão marcada para 24 de fevereiro, uma terça-feira. Também responderão ao crime na Suprema Corte o major da Polícia Militar Ronald Alves de Paula e o ex-policial militar Robson Calixto, assessor de Domingos.

SP reforça cuidados para prevenir casos de intoxicação por metanol

Divulgação/Governo de SP

O Governo de São Paulo alerta a população para os riscos da ingestão de bebidas alcoólicas adulteradas e reforça a importância de adotar cuidados durante o período de Carnaval. A recomendação é adquirir produtos apenas de estabelecimentos regularizados, verificar a procedência das bebidas e evitar o consumo de itens de origem desconhecida.

O Centro de Vigilância Sanitária (CVS) do Estado de São Paulo está coordenando as ações junto às Vigilâncias Sanitárias Municipais, que são as responsáveis pela inspeção de estabelecimentos e vendedores ambulantes que comercializam alimentos e bebidas alcoólicas, incluindo a verificação da origem e procedência dos produtos.

Em outra frente, o CVS estará em campo com fiscalização para



Recomendação é adquirir produtos apenas de locais regulares

coibir a venda e o consumo de bebidas alcoólicas por menores de 18 anos, conforme a Lei Estadual nº 14.592/2011. O objetivo é orientar o comércio e à população sobre as regras de comercialização e os riscos do consumo de bebidas alcoólicas por menores, com foco na preven-

ção e no cumprimento da legislação.

O CVS recomenda que bares, empresas e demais estabelecimentos redobre a atenção quanto à procedência dos produtos oferecidos, e que a população adquira apenas bebidas de fabricantes legalizados, com rótulo, lacre de segurança e selo

fiscal, evitando opções de origem duvidosa e prevenindo casos de intoxicação que podem colocar a vida em risco.

Sinais e sintomas:

Iniciais (até 6h após ingestão): dor abdominal intensa, sonolência, falta de coordenação, tontura, náuseas, vômitos, dor de cabeça, confusão mental, taquicardia e pressão arterial baixa;

Entre 6h e 24h: visão turva, fotofobia, visão embaçada, pupilas dilatadas, perda da visão das cores, convulsões, coma, acidose metabólica grave.

Em casos mais graves, o paciente pode evoluir para cegueira irreversível, choque, pancreatite, insuficiência renal, necrose de gânglios da base com tremor, rigidez e lentidão dos movimentos.